FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIA ELZA AMORIM DE SOUSA

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Chapadinha
2012

MARIA ELZA AMORIM DE SOUSA

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba, para obtenção do grau de licenciadas em Pedagogia.

Co-orientador: Prof. Esp. Jânio Rocha Ayres Teles

Chapadinha
2012

Sousa, Maria Elza Amorim de

Evasão escolar no ensino de jovens e adultos/ Maria Elza Amorim de Sousa. – Chapadinha, 2012.

39f.

MARIA ELZA AMORIM DE SOUSA

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba, para obtenção do grau de licenciadas em Pedagogia.

Aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____
Jânio Rocha Ayres Teles (Co-orientador)
Especialista em Docência do Ensino Superior
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____
1º. Examinador (a)

_____
2º. Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão maior e único da nossa existência, pela força guiadora dos meus sonhos.

Aos meus familiares e amigos, que sempre estiveram presentes nos momentos de minha vida.

Aos colegas, professores e funcionários em geral desta conceituada instituição educacional, especialmente à professora Raimunda Nonata e Jânio.

Por fim, a todos que contribuíram para a concretização deste sonho.

Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem por finalidade analisar a realidade do ensino de Jovens e adultos no Município de Chapadinha, mais precisamente sobre a questão da evasão escolar dessa modalidade de ensino. Apresenta em seu conteúdo reflexões fundamentais na importância de um fazer educativo que atenda às necessidades dos alunos Jovens e Adultos. Faz-se uma abordagem histórica sobre a Educação de Jovens e Adultos até os dias atuais, recorrendo-se as concepções teóricas de estudiosos renomados como Paulo Freire, Moacir Gadotti, José Carlos Libâneo, Tânia Moura, Loucksei e de bases legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional da Constituição Federal Brasileira e Parâmetros Curriculares Nacionais. Os resultados obtidos na analise dos dados resultaram da pesquisa realizada na Unidade Integrada Manoel José de Santana, tendo como público-alvo, professores e alunos do 1ª e 2ª segmentos da Educação de Jovens e Adultos. Espera-se que este trabalho possa contribuir para a reflexão acerca do processo de aprendizagem desenvolvido pela escola o qual possa garantir a permanência dos alunos dessa importante etapa escolar em sala de aula.

Palavras-chave: Educação. Jovens e Adultos. Evasão Escolar. Aprendizagem.

ABSTRAT

The present works monographic has for purpose to analyze the reality of the teaching of Youths and adults in the Municipal district of Chapadinha, more precisely on the subject of the school escape of that teaching modality. It presents in his/her content fundamental reflections in the importance of a to do educational that he/she assists to the Young and Adult students' needs. It is made a historical approach on the Education of Youths and Adults to the current days, being gone through the theoretical conceptions of studious renowned like Paulo Freire, Moacir Gadotti, José Carlos Libâneo, Tânia Moura, Loucksei and of legal bases as the Law of Guidelines and Bases of the National Education of the Brazilian Federal Constitution and Parameters National Curriculares. The results obtained in the it analyzes of the data resulted of the research accomplished in the Integrated Unit Manoel José of Santana, tends as public-objective, teachers and students of the 1st and 2nd segments of the Education of Youths and Adults. It is waited that this work can contribute for the reflection of the learning process developed by the school that can guarantee the students' of that important school stage permanence in classroom.

Keywords: education. Young people and adults. Truancy. Learning.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 9
2 EVASÃO ESCOLAR NA EJA..... 12
2.1 Justificativa da evasão escolar 12
2.2 O papel do educador na EJA 13
3 EVASÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO ESCOLAR..... 16
3.1 Problemas e perspectivas 16
3.2 Sinalizando soluções: a autonomia da escola como instrumento de mudança 18
4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CHAPADINHA: dos avanços legais até a atualidade..... 20
5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA..... 24
5.1 Aspectos gerais da escola campo: histórico, físico, administrativo e pedagógico 24
5.2 Identificação da escola 25
6 ANÁLISE DA PESQUISA 28
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 34
REFERÊNCIAS 37
ANEXOS 39

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos, como as demais modalidades de ensino brasileiro ao longo de sua história, tem passado por um processo de transição buscando novas alternativas pedagógicas que possam erradicar o analfabetismo no país. Apesar dos programas criados pelo Governo Federal para incentivar Jovens e Adultos a buscarem o saber formal, os resultados não tem sido o esperado pelos os órgãos competentes.

Nesta perspectiva, a evasão escolar ao longo da implantação dos programas educacionais tem apresentado resultados negativos, tornando desafiador para o professor manter o aluno na escola. Dentro do contexto sociocultural existem fatores predominantes que interferem na permanência do jovem na instituição escolar, como a sobrecarga de trabalho intensivo, metodologias e materiais didáticos inadequados e falta de professores capacitados para trabalhar na Educação de Jovens e Adultos – EJA, o que tem contribuído em grande parte para a exclusão social e não tem atingido o objetivo de oferecer adequadamente formação profissional.

Mediante as teorias analisadas no decorrer do Curso de Pedagogia, percebe-se que as instituições escolares devem estar estruturadas dentro de um processo educativo em todos os aspectos quantitativos e qualitativos, capazes de preparar cada cidadão dentro de todos os parâmentros morais e intelectuais, não visando apenas à aquisição da leitura mecânica, da escrita e das operações aritméticas, mas desempenho pessoal e coletivo com vistas à construção de uma sociedade mais justa.

Nesse aspecto não se trata de alfabetização de pessoas para um mundo no qual a leitura configura-se como um privilégio de poucos, mas sim para a formação humana conforme os contextos socioculturais e históricos. Nesta visão de escola renovada, entende-se que o ensino para jovens e adultos merece uma atenção específica a partir de seus currículos formulados dentro da contextualização e novas perspectivas de saberes integrados a conhecimentos científicos.

À EJA se dirigem jovens e adultos com suas múltiplas experiências de trabalho, de vida e situação social. Diante disso, tornou-se clara a necessidade de realizar este estudo sobre as causas e consequências da evasão escolar no ensino da Educação de Jovens e Adultos com base nas informações obtidas pelos

professores e alunos do primeiro e segundo segmentos da Unidade Integrada Manoel José de Santana.

O presente estudo se justifica pela contribuição que poderá oferecer para a compreensão da realidade educacional de Chapadinha e, desta forma, contribuir com possíveis avanços na qualidade do ensino e da aprendizagem, especialmente nessa modalidade de ensino tão fragilizada como a EJA.

Além disso, é relevante destacar como ocorre o desenvolvimento de práticas pedagógicas na EJA, pois, garantir a permanência do aluno nesta modalidade de ensino consiste em uma tarefa árdua e difícil, considerando que existem diversos fatores contrários a este objetivo: jornada de trabalho extensivo, escassez de material didático, metododologias inadequadas e falta de qualificação profissional do docente para atender ao público dessa modalidade. Todos esses questionamentos fundamentaram os conhecimentos abordados no corpo do trabalho.

Assim sendo, desenvolveu-se a pesquisa abrangendo todos os segmentos que constituem a escola, para coleta de informações com aplicação de questionários, entrevistas, conversas e observação de práticas docentes, visando investigar como tem ocorrido o processo de ensino-aprendizado na Educação de Jovens e Adultos.

O presente trabalho monográfico está estruturado em quatro partes: primeiramente, faz-se um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, abrangendo os aspectos legais contempladores desta modalidade como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96.

Em seguida, é feita uma abordagem sobre a evasão escolar na EJA, buscando descrever uma compreensão das justificativas deste fenômeno, destacando o papel do educador como relevante mediador do processo, com base em referências teóricas como Moacir Gadotti, José Romão, Álvaro Pinto, Paulo Freire e outros.

Faz-se, também, uma breve análise sobre a Educação de Jovens e Adultos no contexto atual considerando os problemas e perspectivas constatadas, e principalmente, destaca-se a necessidade de soluções para, em seguida, relatar sucintamente alguns aspectos da Unidade Integrada Manoel José de Santana, com o objetivo de contextualizar o objeto de estudo da pesquisa a partir de dados relacionadas à estrutura física, pedagógica, administrativa e histórica da instituição

pesquisada. Ainda nesta etapa, faz-se uma caracterização do desenvolvimento das atividades na escola-campo e algumas considerações acerca do tema abordado com o intuito de contribuir positivamente para o desenvolvimento educacional de Chapadinha.

2 EVASÃO ESCOLAR NA EJA

2.1 Justificativa da evasão escolar

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se um setor educacional brasileiro bastante significativo. Apesar de o Brasil ser um País com grandes dimensões de desenvolvimento onde se verifica uma tendência de crescimento que tem provocado mudanças positivas em vários setores da vida social, mas, no que se refere a investimentos em educação, o Brasil ainda não consegue alcançar resultados satisfatórios, conforme estatísticas do Ministério da Educação.

Ampliando a compreensão do perfil desta realidade, Frigotto (1987, p.60) acrescenta ainda que:

> A pobreza vem dificultando e afastando as crianças e adolescentes da vida escolar. [...]. A busca pela sobrevivência e pela amenização da péssima qualidade de vida contribui em grande escala para que esse aluno abandone a escola para contribuir no sustento da familiar.

Opondo-se ao processo de exclusão social, os mesmos sujeitos que abandonaram a escola em busca de sobrevivência precisam retornar aos bancos escolares, ou seja, necessitam de uma formação qualificada para ingressar ou continuar no competitivo mundo de trabalho. As causas do reingresso à vida escolar são variadas. De acordo com Sposito (1993, p.51), “Os sujeitos buscam com persistência a formação escolar, uns dos motivos para os jovens é ascensão social. [...] por isso é preciso conquistar a continuidade e mais que isso, o direito de volta, ao estudo às populações excluídas da escola.”

Entretanto, o que se percebe é um panorama educacional marcado por altos índices de analfabetismo e de evasão escolar. Um intenso movimento de sujeitos jovens e adultos que voltam à sala de aula. Neste processo, há uma diferença significativa entre o número de sujeitos que se matriculam e os que concluem os estudos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRANDÃO, 2003), pautada na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 2001), refere-se à necessidade de tratar com igualdade os direitos de Jovens e Adultos, de acesso e permanência na educação, garantindo para isto, competências ao Poder Público para viabilização dos direitos desta modalidade escolar. Conforme expressa o referido documento em seu art. 37: A Educação de Jovens e Adultos será

destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

Garantir a permanência de Jovens e Adultos na escola é bem difícil do que a do acesso. Vários aspectos contribuem para o distanciamento da sala de aula. Entre tantos, a rotina de trabalho excessivo, estrutura pedagógica, metodologias e avaliações descontextualizada da realidade do aluno adulto contribui para evasão escolar dessa modalidade.

Além disso, problemas como a má utilização do material didático e/ou principalmente a falta dele, a falta de capacitação de professores concorrem para que o aluno abandone novamente a sala de aula.

Diante desta realidade é preciso adotar medidas favoráveis para garantir a permanência do aluno Jovens e/ou adultos na sala de aula. Pelos fatores relacionados, torna-se indispensável que o professor possibilite práticas significativas, pautadas na interação com os alunos, assim poderá intermediar através de ações diferenciadas, uma ação pedagógica para atender as diversas necessidades de aprendizagem.

2.2 O papel do educador da EJA

Assim, a Educação de Jovens e Adultos constitui-se como um segmento escolar bastante diferenciado das demais modalidades de ensino, principalmente no que se refere ao sujeito mediador do processo de construção do conhecimento.

O professor da Educação de Jovens e Adultos carrega uma grande responsabilidade na formação dos alunos Jovens e Adultos, pois acrescenta com a qual trabalha necessita de condições adequadas, estrutura pedagógica, metodologias e avaliações especificas para promover a permanência dos alunos até o fim do curso.

Refletindo sobre as funções do Educador, cabe aqui ressaltar a necessidade de acrescentar-se à atuação pedagógica, a dimensão educativa. Isso significa que o trabalho do professor se dá em diferentes direções: Para o sistema, pra a própria categoria, e finalmente, para os alunos. Nesse sentido, a escola procura atender as necessidades dos alunos e contribuir significativamente para o seu desenvolvimento. A respeito da função da escola, Libâneo (2004, p. 137) reforça:

> A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. A principal função social e pedagógica da escola é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos de pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética.

Outro aspecto referente às necessidades de permanência dos alunos da EJA até o fim do curso relaciona-se a condição de grupo e os processos de aprendizagens, pois cada ser humano constitui-se a partir de referencias geradas nos grupos com as quais convive. Neste sentido, é indispensável que o professor compreenda esta condição nos processos educacionais.

Os alunos agrupam-se para uma convivência conjunta fora do ambiente familiar e é neste espaço que nasce a oportunidade de proteção. De acordo com Paulo Freire (1996, p. 41),

> Uma das tarefas mais importantes da pratica educativo crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações um com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar.

Ampliando o raciocínio freireano, compreende-se que é importante cada um do grupo assumir o compromisso de suas responsabilidades a fim de garantir êxito no processo de aquisição do conhecimento. Fala-se em quando esse é um grupo de pessoa que buscam objetivos em comuns e para tal, desenvolve tarefas especificas. Nessas tarefas, porém, cada participante é diferente, tem sua identidade formada a partir dos demais com quem convive. Nesse ponto fica estabelecido o inicio da construção do grupo.

Na concepção de Madalena Freire (1993, p. 59) é:

> Portanto, descobrindo que, mesmo tendo um objetivo mútuo cada participante é diferente. Tem sua identidade. Nesse exercício de diferenciação construindo sua identidade-cada individuo vai introjetando o outro dentro de si. Isso significa que cada pessoa,quando longe da presença do outro, pode “chamá-lo em pensamento, a cada um deles e a todos em conjunto. Esse fato assinala o inicio da construção do grupo enquanto composição de indivíduos diferenciados.

Na análise da autora, pode-se identificar o grupo quando existe entre as pessoas que compõem uma interação social e algum tipo de vinculo não apenas com objetivos comuns, mas interesse em comum. Dessa forma, os integrantes estão

reunidos em torno de um objetivo em comum onde o grupo é maior que as partes, propõem preservadas suas identidades individuais.

O educador como sujeito responsável e experiente, deve atentar para os sinais que evidencia em sua pratica, porque são contagio de sala de aula, fica permeado por situações que dificultam a aprendizagem. Nas palavras de Paulo Freire (1996, p.72) a prática educativa jamais deverá ser feita sem alegria e esperança. O referido autor aponta que:

> Há uma relação entre alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana, a esperança não é algo que a ela se justaponha. A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente de inacabado, primeiro, o ser humano não se inscreve ou não se acha se predisposto a participar de um movimento constante de buscar e, segundo, se buscasse sem esperança.

A postura que o educador da EJA, assume em sala de aula interfere n o desempenho do grupo, embora nem sempre se dê a devida importância, por exemplo, a fatores efetivos. É por isso do vinculo existente entre educador e aluno que aprendizagem se concretiza. Alem de desenvolver habilidades cognitivas, o educador deve fazer com que todo se sinta em condições de aprender. Por isso, considerar o aluno sempre capaz é uma maneira de tornar o processo de aprendizagem mais estimulante, prazeroso e significativo.

Ao professor de EJA cabe especial atenção a sua preparação profissional, pois esta deverá ser permanente e não se confundir com a aquisição "[...] de um tesouro de conhecimento que lhe cabe transmitir a seus discípulos" (PINTO, 2007, p.48). Então, para criar condições favoráveis aos grupos da EJA, o educador deve observar pontos fundamentais como: aceitações das diferencias individuais, confiança na capacidade individual e principalmente, refletir sobre a finalidade de sua ação educativa. Como ainda ressalta Pinto (2007, p.48),

> O educador deve ser o portador da consciência mais avançada do seu meio (conjuntamente com o filósofo o sociológico). Necessita possuir antes de tudo a noção crítica de seu papel, isto é, refletir sobre o significado de sua missão profissional, sobre as circunstâncias que determinam e a influenciam, e sobre as finalidades de sua ação.

Trabalhar com alunos da EJA significa estar em constante contato com as diferencias e limites do ser humano, num fazer permanente, acreditando e incentivando o potencial que cada sujeito possui. Para isso, a educação precisa ser

substancial, ou seja, alterar a essência de o ser humano, por isso torna-se um elemento transformador do mundo do aluno.

3 EVASÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO ESCOLAR

3.1 Problemas e perspectivas

A evasão escolar é um fator preocupante na sociedade brasileira, visto que, mais de 65 (sessenta e cinco) milhões de brasileiros não concluíram a Educação Básica. Isso demonstra que o numero de sujeito fora da escola é bastante significativo em todas as modalidades de ensino. Contrapondo-se a esta realidade o inciso 1º do art. 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional afirma:

> Os sistemas de ensino asseguram gradativamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seu interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 2011)

A gratuidade expressa nesse inciso 1ª do art.37 caracteriza-se como um importante fator que deve ser louvado. Entretanto, imaginar propostas pedagógicas de educação destinadas a Jovens e Adultos capazes de levar em consideração as características particulares desses alunos, e assim oportunizarem tal objetivo, parece um tanto uma utopia; porém significa apenas o reconhecimento do direito dessas pessoas a educação.

Compreende-se que uma legislação educacional que visa indicar todas as diretrizes da Educação de uns pais deverem conter alguns aspectos mais idealistas, e não apenas aspectos mais idealistas, e não apenas refletir a realidade educacional desses pais. Desse modo, as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho devem ser consideradas na oferta de educação de ensino fundamental e médio para Jovens e Adultos, não podendo tornar-se barreiras para estes alunos que não tiveram acesso a esses níveis de ensino na idade condizente.

Outras questões relacionadas à EJA referem-se ao papel dos municípios com o desenvolvimento desta modalidade de ensino, pois o compromisso de garantir o acesso e a permanecia na escola a todos, em qualquer faixa etária, tem por decorrência necessária a implantação de serviços educativos de natureza publica, destinado a população de jovens e adultos.

De acordo com Gadotti e Romão (2005, p. 114):

> A criação de serviços de educação de Jovens e Adultos tem como principio fundamental a defesa de um ensino de qualidade, entendido como aquele que assegura aos indivíduos elementos para a realização da plena cidadania, portanto de seus direitos públicos, econômicos e sociais.

> A educação que se pretende está comprometida,assim como um projeto de mudança de vida a ser assumida como luta coletiva de educadores, educandos, comunidade e poder público.

Entendido dessa forma o município necessita implementar uma política capaz de resgatar a qualidade da escola pública e criar condições para combater a evasão e a repetência que excluem da escola os alunos proveniente da classe trabalhadora, freqüentemente qualificada como cidadãos de categoria inferior, despojando de direito a um ensino de qualidade e adequado as suas condições de estudo, a fim de garantir o que está expresso no art. 205 da Constituição Federal Brasileira quando afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2006, p.136).

Busca-se com este dispositivo legal construir um modelo de escola para as excluídos, para os jovens e adultos trabalhadores sem caráter compensatório ou mera reposição de escolaridade regular perdida, ignorando a como educação para trabalhadores. Considera-se necessário para que este ideal se efetive, a construção de um novo parâmetro de escola pra aluno da EJA, cuja estrutura, forma de organização, conteúdo, produzido e administrado tenha por referencia principal a realidade desta clientela.

O trabalho com a Educação de Jovens e Adultos requer também uma capacitação especifica do corpo docente, visto que esse público específico é significante diversificado. Nesse sentido, é preciso criar programa de formação de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela. Isto se constitui como um requisito primordial para o êxito dos programas de Educação de Jovens e Adultos. O próprio Plano Nacional de Educação estabelece em seu texto sobre os objetivos e metas para a Educação de Jovens e Adultos que é necessário:

> Assegurar que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entre federativas, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atual de acordo com o perfil da clientela, habilitados para, no mínimo, o exercício do magistério nas series iniciais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no reforço de erradicação do Analfabetismo. (BRANDÃO, 2006, p. 114)

Diante inúmeros impasses que envolvem a EJA, surgem perspectivas otimistas como, por exemplo, uma proposta educativa aos jovens e adultos em que contam o processo de descentralização, impulsionando os sujeitos a se organizarem

de forma democrática, de modo a proporcionar a elevação da qualidade dos serviços prestados. O contexto cultural do aluno trabalhador também deve ser considerado a ligação entre o seu conhecimento e o que a escola pode proporcionar, evitando assim, o desinteresse, os conflitos e as expectativas de fracasso que acabam proporcionado um alto índice de evasão.

3.2 Sinalizando soluções: a autonomia da escola como instrumento de mudança

Várias alternativas vêm sendo discutidas a respeito dos problemas enfrentadas pela EJA e algumas soluções são apontadas como, por exemplo, a questão da autonomia da escola. Autonomia da escola é um termo muito utilizado referente ao universo educativo e no interior das próprias escolas, todavia seu sentido é carregado de significados e responsabilidades.

A autonomia nas escolas virá por meio da revisão dos compromissos assumidos no Projeto Político Pedagógico, com o propósito de realizar um trabalho voltado para a transformação dos alunos. Além disso, a comunidade, tomando em consideração não as prescrições de uma pedagogia abstrata, mas as condições reais dos alunos no reconhecimento, em primeiro lugar, da necessidade de chegar a um consenso referente à tarefa educativa.

Autonomia da escola refere-se à escolha do método, técnica ou procedimento para a efetivação da tarefa educativa. Contudo, essa autonomia é resolvida no coletivo da escola e não significa autonomia de cada professor em sala de aula. Dessa forma, só tem significado a partir de umas perspectivas particulares centrada em questões pontuais presentes na escola. Centrar o foco no aluno significa trabalhar com esse aluno real, encontrar uma maneira de levá-lo a exercer seu livre arbítrio e, com determinados limites sociais, culturais econômicos, escolher seu lugar, saber se posicionar em sociedade, fazer escolhas políticas.

Dessa maneira, Azanha (1987) enfatiza que a discussão teórica abrangendo a prática educativa ainda trata o aluno como um ideal, entretanto, a relação educativa é, na verdade, uma mediação entre o ideal e o real, e nessas condições, vale destacar que o empenho do professor em ensinar e o esforço do aluno em aprender, são elementos indispensáveis num trabalho educativo sério. Nesse sentido, a escola é concebida como um lugar de trabalho sério, que “pode e deve ser agradável, mas não de lazer”

A autonomia da escola ainda está em construção, todavia não foi entendida adequadamente, se restringindo na elaboração de documentos, antes vindo prontos de órgãos educacionais superiores. O momento histórico vivido atualmente é busca desse ideal, somente a escola por meio dos envolvidos no processo educativo pode estudar os seus problemas, revisando seus compromissos com a tarefa educativa e se organizar para resolvê-los puro engano, esperar soluções de outras esferas da sociedade, mas, paradoxalmente à essa posição, a comunidade educativa fica à espera e nessa espera, torna-se vulnerável e pouco se enfraquece como representante oficial do conhecimento (AZANHA, 1987).

4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CHAPADINHA: dos avanços legais até a atualidade

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser incluída no rol das reivindicações educacionais a partir da década de 30, com a transformação da estrutura econômica urbano-agrícola-comercial em um modelo industrial emergente exigindo um preparo intenso das forças do trabalho, uma nova qualificação de mão-de-obra e, até mesmo, uma mudança radical na vida da população. Mão-de-obra que exigia uma nova qualificação – principalmente no que se refere à decifração do código escrito do tipo de mensagens, manuais de funcionamento do maquinário, ordens e outros textos de utilidade para a indústria. Antes que se fizesse premente esta necessidade, o uso da escrita era raro. A escola passa a formar o indivíduo letrado que interessava para o projeto capitalista de modernização do Brasil.

O processo de industrialização provocou inúmeras mudanças no cenário brasileiro, especialmente o êxodo do homem do campo para a cidade, gerando novas concentrações urbanas e novas necessidades, o que levou o Governo Federal a determinar responsabilidades aos Estados e Municípios no que se refere à sistematização da Educação Fundamental.

Desde modo, negava-se a história e o saber social do trabalhador e valorizar-se conhecimento escolar que se transferia intacto do ensino regular para o supletivo- com a função de suprimento suplência, qualificação e aprendizagem.

A constituição Federal de 1998 estendeu o direito ao ensino fundamental aos cidadãos de todas as faixas etárias, o que nos estabelece o imperativo de ampliar as oportunidades educacionais para aqueles que já ultrapassaram a idade de escolarização regular. Além da extensão, a qualificação pedagógica de programas de Educação de Jovens e Adultos é uma exigência de justiça social, para que a ampliação das oportunidades educacionais não se reduza a uma ilusão e a escolarização tardia de milhares de cidadãos não se configure como mais uma experiência de fracasso e exclusão.

De 1996 a 1998 as intenções de mudanças no ensino fundamental noturno no Brasil foram sendo aprofundadas e duas leis interferiram de forma decisiva nas discussões que vinham sendo feitas por toda a comunidade escolar da rede municipal de ensino: a primeira, a lei 9.394/96, trouxe duas contribuições importantes para EJA, sendo uma a regulamentação do exame de classificação dos

alunos (Art. 24, II, alínea c) e a outra a possibilidade de constituição de formas alternativas de funcionamento do ensino fundamental (Art. 23), conforme consta a seguir:

> A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (BRASIL, 2011)

A segunda, a lei 9.424/96, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), reafirmou a premissa de que o melhor para o ensino noturno, neste momento, não seria adotar a modalidade supletiva, pois esta, em alguns estados e municípios não contava com recursos do FUNDEF, atualmente FUNDEB.

A Emenda Constitucional nº 53/06, que criou o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-aprovada em 06 de dezembro de 2006, tem por objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos em educação. Esta elevação e nova distribuição ocorrerão devido às mudanças relacionadas às fontes financeiras que formam ao percentual e ao montante de recursos que o compõem, e ao seu alcance.

Com as modificações que o FUNDEB oferece, o novo Fundo atenderá não só o ensino fundamental (6/7 a 14 anos), como também a educação infantil (0 a 4/5 anos), o ensino médio (15 a 17 anos) e a Educação de Jovens e Adultos. O FUNDEF, que vigorou até o fim de 2006, permitia investimentos apenas no ensino fundamental nas modalidades regular e especial, ao passo que o FUNDEB vai proporcionar a garantia da Educação Básica a todos os brasileiros, da creche ao final do ensino médio, inclusive aqueles que não tiveram acesso à educação em sua infância. A legislação brasileira é clara quanto à gratuidade do ensino ao jovem e adulto.

As referências legais e as discussões acumuladas resultaram na elaboração de um Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, à luz do Parecer CEB nº 04/08 “[...] a Educação Básica, fundamento das sociedades democráticas, constitui-se como prioridade nacional e como garantia inalienável do exercício da cidadania plena”.

Desse modo, a educação fundamental, segunda etapa da educação básica, além de co-partícipe dessa dinâmica, torna-se indispensável para a nação, sobretudo pelo reconhecimento da dívida histórica aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. E assim se faz de tal maneira que o direito a ela, do qual todos são titulares (direito subjetivo), e um dever de Estado (direito público). Assim, de certa forma, o Poder Público é investido de autoridade para desenvolvê-la em quantidade e de responsabilidade para oferecê-la em qualidade.

O art. 9, inciso IV, da LDB aponta como incumbência da União o estabelecimento, em colaboração com Estados, Distrito Federal e Municípios, de competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos (art. 210 da Constituição Federal de 1988), propostos pelo MEC (art. 9º da LDB), terão seu norte estabelecido por meio de diretrizes.

Conforme a Lei nº 9.394/96 – LDB, 4º, inciso VI é dever do Estado a "oferta de ensino noturno regular adequado às condições do educando" Entretanto historicamente inúmeros são os desafios que se apresentam para que o ensino noturno ainda se diferencie dos demais por aspectos que vão desde a infra-estrutura oferecida até os a que se propõe.

Compreende-se que a ausência de uma política específica que atenda às peculiaridades do ensino noturno e a característica de seus educandos ou dos cidadãos que tentam conciliar duas atividades produtivas como estudo e trabalho, além de educandos que não trabalham porque estão numa situação de desemprego ou em trabalhos informais, não permite que a escola promova condições de estudos necessários para que seus educandos sejam capazes de resolver problemas e intervir no meio que estão inseridos, fortalece a fragmentação e estimula altas taxas de evasão escolar e de reprovação, privando esses estudantes da continuidade da sua aprendizagem e desenvolvimento.

A legislação educacional brasileira é bastante aberta às peculiaridades dos "*lócus*" territoriais compreendendo as suas exigências, garantindo ao Estado e Municípios autonomia para implantar e implementar a Educação de Jovens e Adultos, modalidade do ensino fundamental nos níveis dos anos iniciais e finais e ensino médio.

Nesta perspectiva, o Município de Chapadinha-Ma acompanha as inovações estabelecidas pelo Governo Federal desde 2001 e fixa a partir do Plano Municipal de Educação as metas e objetivos para essa modalidade. Considerando positiva essa flexibilidade, optou-se por uma proposta curricular que avance no detalhamento de conteúdos e objetivos educativos, mas que permita uma variedade grande de combinações, ênfases, supressões, complementos e formas de concretização.

Entretanto, os percalços a serem subvertidos nessa realidade ainda são muitos, pois o Município se depara com inúmeros problemas a serem transpostos, como a falta de estrutura física, didática e pedagógica para lidar efetivamente com essa clientela.

Atualmente no Município de Chapadinha funciona com 04 (quatro) escolas de Educação de Jovens e Adultos: 03 (três) na zona urbana e 01 (uma) na zona rural, atendendo em sua maioria a jovens e adultos trabalhadores, diaristas donas-de-casa e lavradores.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO DE PESQUISA

5.1 Aspectos Gerais da escola-Campo: histórico, físico, administrativo e pedagógico

Para a sistematização dos conhecimentos da realidade local optou-se por uma pesquisa qualitativa para obtenção de dados a respeito do tema em estudo. A escola campo de pesquisa pertence à rede pública do ensino municipal, localizada no centro da cidade de Chapadinha. O estudo objetivou analisar as causas da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, mais precisamente no que se refere aos fatores que dificultam a permanência na escola.

No que diz respeito aos instrumentos utilizados, optou-se pela observação e entrevista. Quanto aos depoimentos, estes foram registrados a fim de serem confrontados com a fundamentação teórica do trabalho.

Segundo Chizzotti (1998, p.79), a pesquisa de caráter qualitativo presta-se com vantagens à análise de temas educativos, visto que, para este autor,

> A abordagem qualitativa parte do fundamento que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; [...]. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Na primeira etapa, os estudos se desenvolveram por meio da técnica de observação participante, uma vez que esta ocupa um lugar privilegiado na pesquisa educacional, permitindo descobrir através do contado direto do observador com o objeto estudado suas particularidades e, assim, estabelecer contrapontos com a realidade para compreendê-la em toda a sua dimensão.

Na medida em que o observador acompanha no local as experiências dos alunos e das professoras, pode-se compreender melhor o significado que eles atribuem à realidade que as envolvem e as suas ações. A observação participante é muito útil para se descobrir novos aspectos de um problema.

Na segunda etapa, utilizou-se a entrevistas com alunos e professores, já que esta é favorável à construção de conhecimentos na pesquisa educacional e, nesse olhar, é importante desenvolver as considerações que se apresentam na vida do sujeito despontando, assim, possibilidades de efetivação do conhecimento pelos

pesquisados. Na entrevista a relação que se cria é de interação, porque ela essencialmente lida com pessoas. Neste processo, Gil (2002, p. 117) esclarece que:

> É fácil verificar como, entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversão apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizada quando, embora livre, enfoca tema bem especifico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. Pode ser parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo do seu curso.

Desse modo as vantagens que a pesquisa qualitativa oferece no âmbito educacional pode identificar a realidade apresentada na escola, identificando aspectos relacionados aos alunos da Educação de Jovens e Adultos no contexto de Chapadinha.

5.2 Identificação da escola

A escola onde a pesquisa foi realizada pertence à rede Municipal de Ensino. Está localizada no centro da cidade, próxima de área comercial e bairros, atendendo em sua maioria a alunos pertencentes a classes menos favorecidas.

Constitui pistas sobre a realidade sócio-cultural local o seguinte trecho do Projeto Político Pedagógico:

> A comunidade onde a Unidade Integrada Manoel Jose de Santana está inserida apresenta características com a realidade sócio-cultural da cidade, pois tem como fundamentação maior religiosidade, pois cultua os santos padroeiros da cidade e do bairro vizinho. A escola, como a própria cidade, realiza e vivem eventos do calendário litúrgico da igreja católica, bem como as demais realizações anuais da família e da própria comunidade em geral como festas de aniversários, casamentos, batizados, festas em geral é prática esportiva. É uma comunidade que pratica boa vizinhança, cultiva valores pessoais bastantes tradicionais o que de certa forma, facilita o desenvolvimento de atividades educacionais participativas na escola, envolvendo família, autoridades em geral e escola. (CHAPADINHA, 2007, p. 9).

A escola encontra-se construída numa área pouco arborizada, murada, bem conservada, com salas iluminadas e ventiladas. As dependências contam com uma diretoria, uma cantina, uma sala para professores, duas salas para laboratórios, uma área frontal coberta, oito salas de aula, quatro banheiros, uma área livre e um depósito.

Quanto ao pessoal administrativo, a escola dispõe de 04 agentes administrativos, 1 diretora-geral, 3 diretores assistentes, 3 supervisores pedagógicos, 3 vigias e 4 merendeiras.

O corpo docente é composto de 14 professores, na sua maioria com formação superior e pós-graduação. Durante o processo de coleta de dados, demonstraram-se compromissados com os objetivos norteadores do Projeto Político-pedagógico da escola, que entre tantos, afirma em seu documento:

> [...] deseja-se uma escola que se preocupa com a formação moral e intelectual do educando. Onde exige uma responsabilidade e um envolvimento coletivo. Que o alunado desenvolva valores morais e uma consciência solidária e cidadã. Que aprenda a ler, discutir, criticar, manifestar suas idéias de forma clara e consistente. Portanto, é preciso encarar que a nossa prática pedagógica precisa ser alterada. Devemos promover trabalhos de grupos, discussão, críticas, criar situações que levam as discentes a reflexão sobre a realidade local e nacional; e a se expressarem como cidadãos (CHAPADINHA, 2007, p. 7).

Na escola pesquisada estão matriculados 689 alunos, funcionando nos três turnos, sendo que o turno da manhã atende do 1º ao 7º ano do Ensino Fundamental, no período vespertino, do 6º ano ao 9º ano, e à noite, Educação de Jovens e Adultos, 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental, dividido em quatro turmas de 10 a 40 alunos aproximadamente.

Em todos os horários de funcionamento da instituição compreende-se que os profissionais envolvidos no processo procuram efetivar uma prática pedagógica reflexiva no âmbito escolar, tendo em vista os fins educativos estabelecidos coletivamente no projeto Político Pedagógico da escola.

A escola ao elaborar o PPP, deve levar em consideração os diversos tipos de planos e planejamentos, a intencionalidade de cada um para alcançar as respostas almejadas. Padilha Apud Romão (2005, p. 63), numa analise sobre planejamento escolar esclarece o seguinte:

> Realizar os diversos planos e planejamentos educacionais e escolares, organizando a educação, significa exercer uma atividade engajada, intencional, cientifica, de caráter político e ideológico e isento de neutralidade. Dessa forma, planejar, em sentido amplo, é um processo que visa dar respostas a um problema, estabelecendo fim e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente, e as experiências do passado, levando em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e de quem se planeja.

Assim, ao considerar o contexto, os limites, os recursos disponíveis e a realidade escolar, a instituição educativa assume seu perfil, tecendo no coletivo seu Projeto Político Pedagógico, propiciando consequentemente a construção de uma nova forma de organização.

A unidade Integrada Manoel José de Santana foi fundada no dia 10 de maio de 1975, sob a administração do Senhor Prefeito Bernardo Serra de Almeida e está situada na Travessa 15 de novembro no centro da cidade.

> A origem do nome da escola foi em homenagem ao pai do excelentíssimo governador de estado na época, Dr. Pedro Neiva de Santana. A princípio de 1975 a 2000, atendia somente o ensino de 1º a 5º ano. Só então no ano de 2001 constituiu-se Unidade Integrada Manoel José de Santana, atendendo de 1º ao 9º ano. A escola atualmente funciona nos três turnos: matutino de 1º a 5º ano, vespertino de 5º ao 8º ano no noturno a educação de jovens e adultos – EJA de 1º a 9º ano (CHAPADINHA, 2007, p. 09).

No decorrer de alguns anos esta escola atendia apenas à clientela do Ensino Fundamental maior, depois abrangeu as outras modalidades de ensino. Atualmente, tem como diretora geral a professora Cleonete Souza que afirmou durante entrevista que a referida escola conta com recursos provenientes do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e PDE – Programa de Desenvolvimento da Escola.

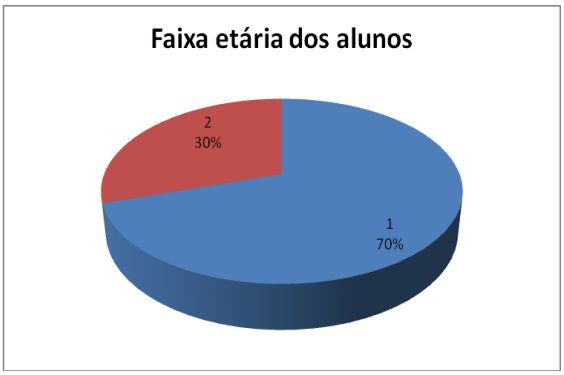
A escola procura direcionar o ensino, vindo a romper com a lógica fragmentada do processo escolar e flexibilizar os tempos de aprender – ensinar - desenvolver, possibilitando ao aluno uma formação global, socializadora e facilitadora da construção de sua auto-estima e identidade, considerando-se sua estratégia para garantir a educação escolar como direito de todos.

6 A ANÁLISE DA PESQUISA

Iniciou-se o trabalho de aplicação dos questionários e levantamento de dados na primeira semana do mês de junho, na escola pública da rede municipal de ensino denominada Unidade Integrada Manoel José de Santana. No primeiro momento foi aplicado o questionário aos alunos e professoras, tendo em vista o processo inicial investigativo para compreender o fenômeno educacional optado por este estudo. Os alunos participantes da pesquisa totalizam 40, divididos em duas turmas do ensino fundamental, e 3 (três) professoras participaram da entrevista.

Com relação à faixa etária dos alunos entrevistados, os dados obtidos mostraram que 70% dos alunos estão entre 20 a 30 anos, e 30% apresentam idade de 31 a 50 anos.

Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos



Fonte: dados da pesquisa

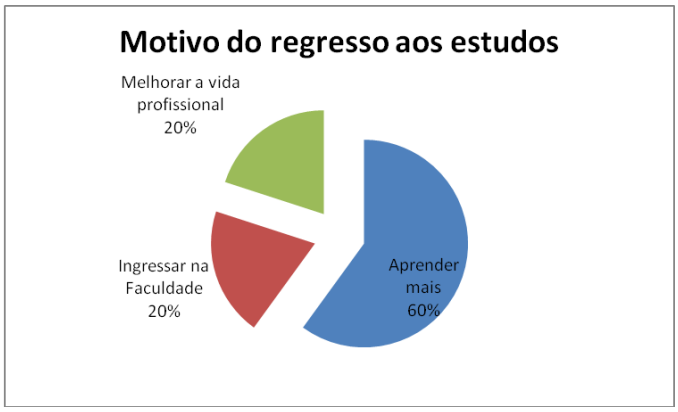
Pode-se inferir que o público, em sua maioria, está entre 10 e 15 anos atrasado nos estudos, na relação idade-série. Os demais, 30%, correspondem a pessoas com maior atraso, superior a 15 anos na relação.

Em seguida, foram questionados os motivos do regresso dos alunos aos estudos, mesmo depois de tantos anos fora da escola. Apesar de a história de vida individual não ser a mesma de outros da turma, há uma certa predominância de motivos similares. Nesse sentido, os motivos para o regresso, apontados pelos alunos, foi que "*era para aprender mais, para obter emprego e ingressar na faculdade.*"

Questões referentes ao mercado de trabalho e à convivência social motivam e, até, pressionam as pessoas a dar continuidade à sua formação escolar.

Ainda sobre o regresso dos alunos à escola, veja-se o seguinte gráfico:

Gráfico 2 – Motivo do regresso aos estudos



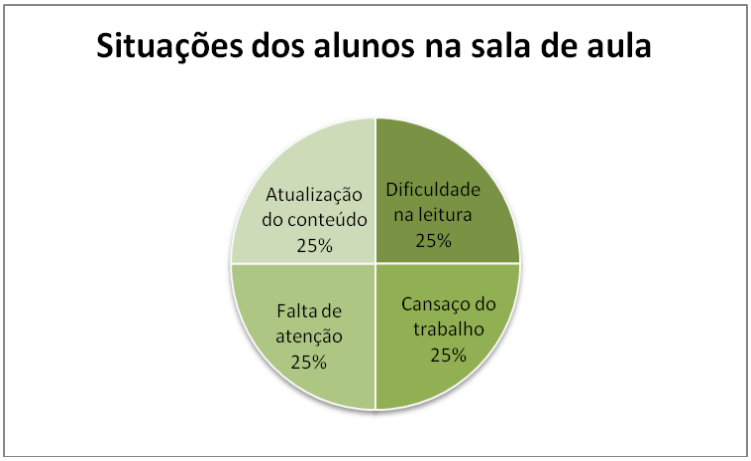
Fonte: dados da pesquisa

De acordo com as respostas colhidas, os objetivos pretendidos pelos alunos traduzem necessidades de esforço tanto dos alunos quanto da escola. Esse fator torna-se um desafio a vencer sendo a sua ausência muitas vezes a causa da evasão escolar traduzida em desestímulo.

Sobre as principais dificuldades vivenciadas em sala de aula, os alunos responderam o seguinte: *Falta de atenção dos colegas e o cansaço originado da excessiva jornada de trabalho.*

Conforme o gráfico ilustra abaixo, a situação dos alunos corresponde à seguinte realidade:

Gráfico 3 – Situações doa alunos na sala de aula



Fonte: dados da pesquisa

Às vezes a falta de interesse dos alunos e outras dificuldades traduzidas na evasão escolar estão relacionadas a vários fatores como, por exemplo, o ambiente familiar, sendo indiscutível que a convivência num ambiente favorável à promoção de valores inerentes ao ser humano contribuirá para o desenvolvimento

da aprendizagem do aluno. A respeito desta influência pontencializadora, Chalita (2001, p. 127) informa que:

> A vida familiar é o primeiro contato com o mundo, o exemplo materno e paterno, a alimentação e os sons recebidos do mundo externo, os mitos medos, Ambições, o aprendizado da linguagem... Esse processo continua por toda vida, mesmo que as relações familiares mudem, não há como negar que por toda a vida se carrega a estrutura básica obtida na formação da infância que se dá, fundamentalmente, na família.

A análise da pesquisa confirma esse dado ao mostrar que os motivos que afastam os alunos da escola, na visão de grande parte deles, pouco se diferem das explicações vindas de suas opiniões ligadas a problemas de ordem econômica e social, em detrimento dos fatores pedagógicos e didáticos, que têm desmotivado os alunos a prosseguirem os estudos. Em relação a isso, foram unânimes em afirmar que a desmotivação pessoal contribui muito para a baixa auto-estima.

Gráfico 4 – Falta de motivação dos alunos

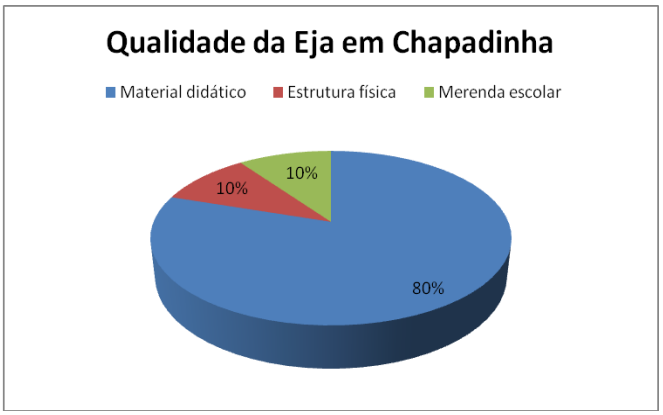


Fonte: dados da pesquisa

Entretanto, percebeu-se na fala dos alunos uma visão otimista a respeito do curso da EJA, ao declararem que o ensino dessa modalidade é excelente e que pretendem concluir o curso para garantir qualificações do trabalho e sucesso profissional. A metodologia de trabalho, segundo os alunos, é apropriada para a modalidade de ensino, deixando subentendido que os principais motivos para o afastamento de alunos é externo à escola.

Por outro lado, elementos inerentes ao contexto escola pode minimizar a problemática de forma a evitar a saída de parte desses alunos. Dessa forma, ao serem questionados sobre que elementos, ao serem incentivados, podem melhorar a qualidade do desenvolvimento da EJA. Obteve-se, então, a seguinte descrição:

Gráfico 5 – Qualidade da EJA em Chapadinha



Fonte: dados da pesquisa

O material didático foi apontado como o principal elemento passível de investimento e que pode melhorar significativamente os serviços educacionais na EJA, em Chapadinha.

Para consolidar a pesquisa sobre o fenômeno da evasão escolar na EJA de Chapadinha, ampliaram-se os questionamentos sobre a temática às professoras que atuam nas referidas modalidades de ensino. Ao serem indagadas sobre o período de atuação nessa área e por qual motivos são professoras, responderem o seguinte.

Professora A: R – Trabalha há 8 anos e por não poder trabalhar no horário diurno.

Professora B: R – Estou com 6 anos na época já trabalhava nos dois turnos restando apenas o noturno.

Embora haja desconforntos envolvidos nos depoimentos das professoras, confirmou-se através de conversas informais certos engajamento das professoras no que se refere à permanência das alunas na escola. Todas consideram de fundamental importância que efetive uma real e comprometida reflexão, sobre o universo da Educação de Jovens e Adultos.

As professoras quando questionadas em relação à capacitação para trabalhar na EJA afirmaram positivamente e que a capacitação docente contribuem para melhoria da qualidade de suas práticas pedagógica. Nas falas professoras registram-se:

Professora A R – Para elaborar um plano para realidade dos alunos.

Professora B R – Muito principalmente na metodologia para trabalhar contextos e outras questões.

Os depoimentos das professoras apontam uma realidade de aproximação entre currículo e aprendizagens, ambas estabelecem um clima de trabalho propício para a aprendizagem. Mas ao serem indagadas sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA, as professoras responderam:

Professora A R – Uma das dificuldades é a infrequência constante de alguns alunos. Trabalham o dia todo, desinteresse, apoio familiar, falta de compromisso, não tem objetivo, não ter hábito de leitura, uma base ruim, compromisso.

Professora B R – Uma delas é conciliação dos estudos com o trabalho é uma dificuldade muito grande porque a maior deles desiste porque tem que trabalhar, chega atrasado, cansados, tem que trabalhar no pesado, não tem condição de acompanhar o conteúdo, falta de interesse por parte deles, ele não tem aquela preocupação eu vou conseguir para ele tanto faz a maioria vem por vim, a falta de material, os livros são poucos, os que chegaram só vão ser distribuídos em agosto nesse intervalo de férias a maioria deles desiste, de 41 alunos matriculados uns 10 já desistiram. Por ter que sair para trabalhar fora, às vezes até as 8:00 da noite e por não saber conciliar o trabalho com o estudo.

De acordo com as educadoras consultadas a respeito das dificuldades enfrentadas pelo aluno, no desenvolvimento de uma aprendizagem dentro da sala de aula, constata-se, que muitos dos empecilhos citados advêm de forma global dos modelos sociais excelentes, autoritários e discriminatórios na qual vivemos, e de modo particular, dos espaços de convivência social e cultural dos alunos que são legitimados por este modelo e influenciado pelo respaldo financeiro do qual o aluno desfruta.

Entretanto, as professoras declaram que utilizam várias alternativas pedagógicas para estimular a permanência de Jovens e Adultos nas escolas:

Professora A R – Trabalhar com jogos e trabalhar de acordo com a realidade de cada um.

Professora B R – Sempre que possível estimulo com vídeos textos reflexivos, seminários, debates de grupos entre outros.

Para elas nestes casos, o aluno da EJA depende essencialmente do ambiente em que vive. As educadoras relatam que, muitas vezes, os alunos da

comunidade vivem a partir de valores diferenciadas do que a escola prega e que estes não dão à escola o valor que ela tem. Essa percepção explicasse de forma concreta no ambiente escolar quando os professores relatam que os principais motivos da evasão escolar dos alunos da EJA são “a falta de perspectivas, forçando-as a procurar emprego em outras regiões.”

Frente a tantas questões resume-se numa visão otimista a situação da EJA em Chapadinha ao se confirmar alguns aspectos superativos em relação ao ensino e a aprendizagem dos alunos, ao apontarem alternativas para a melhoria das práticas pedagógicas como inserção continuada e projetos.

Acredita-se, portanto, de forma conseqüente as situações que foram descuidadas até agora, que a ação da escola é incapaz de subsidiar, por si só, a construção de vivências cidadãs por parte dos alunos vistos que esta instituição não oferece aos mesmos toda a gama de vivências necessárias a uma efetiva permanência do aluno.

Em relação à possibilidade de que esta garantia ocorre no ambiente escolar é preciso considerar a complexidade de intrínseca desta vivência e a influência da sinalização encontrada no ambiente social, caso este não completamente a ação da escola.

Cabe à instituição escolar, portanto o papel de oferecer um diferencial de auto conclusão positiva e que se apunha aos eventuais modelos negativos vivenciados pelos alunos em sua realidade sociocultural, reorientando-se permanecer e concluir esta etapa escolar para ter acesso à escolaridade que lhe é dada por direito.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos acerca da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos em Chapadinha contribuíram para o reconhecimento das limitações envolvendo esta questão e suas implicações, incluindo desde fatores cognitivos dos alunos a problemas socioculturais, institucionais e aqueles relacionados à economia e à política. Por essa razão, a análise feita aqui é constituída por parte dos determinantes institucionais, reportando-se apenas a questões relacionadas ao trabalho educativo desenvolvido nas escolas públicas de Chapadinha.

Considera-se, nessa perspectiva, importante o fato de se ter oferecido subsídios para o adequado desenvolvimento do trabalho educativo na escola, com a ajuda de autores estudados, que promoveram importantes contribuições no sentido de amenizar os prejuízos causados pela evasão escolar.

Com esse objetivo foram levantados aspectos importantes da opinião dos alunos, equipe diretiva e professores sobre a Educação de Jovens e Adultos. Também as características do exercício diário referente ao trabalho docente. Ao mesmo tempo, esse levantamento possibilitou detectar os problemas e os pontos divergentes entre os participantes.

De qualquer modo, o importante é registrar aqui a intenção da equipe diretiva e dos professores em propiciar um ensino de melhor qualidade. Intenção essa que procura romper com um ensino tradicional e que ainda vigora. Mesmo assim, a educação que se realiza não deixa de ser semelhante àquela dispensada na maioria das escolas públicas do país, apresentando os mesmos problemas e desencontros. Isso equivale a dizer, segundo Aquino (1997), que apesar das intenções e esforços da equipe diretiva e professores, comprometidos com uma educação de qualidade, os determinantes envolvidos no processo educacional parecem não deixar de atuar e decidir o tipo de ensino que se realiza nas escolas.

Pelo exposto no texto não é difícil perceber que cabe a cada uma das partes envolvidas fazer bem mais do que aparece na realidade educacional, relacionado às ações desenvolvidas pela escola e professores, por alunos e sociedade e pelas políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, cabe à escola transformar parte da realidade que produz o fracasso e a evasão escolar, trazendo como consequência a exclusão social. Isso equivale a dizer que é preciso delimitar algumas possibilidades da escola em torno

dos quais podem ser tomadas medidas no sentido de trazer-lhes mais credibilidade e competência.

Ampliando esse raciocínio, Balzan (1989) defende a idéia de que a escola e o professor devem ter clareza dos objetivos que pretende atingir com seu trabalho. Não aqueles objetivos descritos em planos e documentos da escola, mas, sobretudo, aos que dizem respeito à prática da escola e do professor em referência à intencionalidade do que se ensina, à importância destinada ao conteúdo em questão e à maneira que o professor conduz o processo de ensino/aprendizagem.

Dessa forma o conhecimento de que a intencionalidade do trabalho educativo está presente demanda na compreensão pedagógica denominada por Vasconcellos (1995) de medicação entre o conteúdo e a realidade do aluno; essa será determinante para que aprendizagem se efetive, implicando na escolha adequada das atividades a serem trabalhadas com os alunos.

Nesse sentido, buscou-se um aprofundamento quanto aos níveis de desenvolvimento cognitivo do aluno e à importância de trabalhar o conteúdo de forma a contextualizá-lo, favorecendo assim a aproximação entre o conhecimento sistematizado e o conhecimento do senso-comum, fortemente incorporado pelo aluno como um conhecimento pré-estabelecido.

Ao acompanhar essa descrição sobre o efetivo trabalho pedagógico, parece uma tarefa fácil e que já é realizada nas escolas. Contudo, essa pesquisa e outras conhecidas e estudadas por acadêmicos e pela classe dos professores apontam que a distância entre as pretensões da escola e do aluno continuam evidentes. Essa realidade não foge da regra em Chapadinha.

Outro aspecto considerado determinante para que a aprendizagem se efetive e diminua a evasão escolar refere-se à autonomia do ato de ensinar e não a decisões meramente burocráticas.

Isso posto, avança-se naquilo que à primeira vista parece simples, haja vista que a escola deve cumprir o seu papel que é ensinar e ensinar bem, uma vez que essa responsabilidade é inteiramente sua. Entretanto, a desqualificação do trabalho educativo aparece na constatação de aulas monótonas e sem objetivos propostos, muitas vezes, com planejamentos inadequados e até mesmo sem sua realização; as atividades e conteúdos são escolhidos em grande parte sem uma análise do livro didático, sendo ele utilizado pelo professor apenas como reprodução, não havendo uma reformulação dos conteúdos de acordo com a capacidade do

aluno. Daí ser possível inferir que a escola reforça ideais de elitização e exclusão social. Justificando aparentemente a posição de desconhecer a intrínseca relação do trabalho educativo como emancipação humana.

Discorreu-se, no corpo do texto, sobre as causas de evasão escolar, entendida por muitos autores por fracasso escolar, convergindo para suas consequências, justificando parte do processo, evidenciando, assim, a ocorrência de baixa auto-estima ligada à timidez excessiva e ao sentimento de incapacidade, dificuldade para o ingresso no mercado de trabalho, má qualidade de vida, desqualificação e barateamento de mão-de-obra, estímulo à violência e prostituição, gravidez precoce, consumo e tráfico de drogas. Enfim, a maior consequência é a consolidação da desigualdade social que, por vezes, coloca as pessoas numa situação completamente desprotegida, com dificuldades de saída dessa complicada condição.

Mesmo havendo riscos e desconfortos envolvidos nesse tema, deve-se deixar de lado a relutância tradicional de investigar cientificamente os fenômenos que causam a evasão escolar de modo a compreendê-la à luz de estudiosos que procuram clarificar seus determinantes frente às intervenções necessárias.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio Groppa (org.). **O mal-estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão.** *In*: AQUINO, J. G. (org.). Erro e fracasso na escola: alternativas teorias práticas. 4. Ed. São Paulo: Summus, 1997.

AZANHA, José Mário Pires. **Educação:** alguns escritos. São Paulo: Nacional, 1987.

BALZAN, Newton Cesar. **Sete asserções inaceitáveis sobre a inovação educacional.** Garcia, W. E. (Coord.). *In*: Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas: Coleção educação contemporânea: 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9.394/96. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em: 16 dez. 2011.

_____. Secretaria da Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. **Alunos e alunas da EJA.** Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**; texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão de N 1, 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de N 1 A 6 de 1994-17. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **PNE Passo a Passo:** Lei Nº 10.172/2001. Discussão dos Objetivos e Metas do Plano Nacional de Educação. São Paulo: Avercamp, 2006.

_____. **LDB Passo a Passo:** Lei Nacional, Lei N 9.394/96 Comentada e Interpretada, Artigo por Artigo. São Paulo: Avercamp, 2003.

CHALITA, Gabriel Benedito Isaac. **Educação:** a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2001.

CHAPADINHA. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político-Pedagógico da Unidade Integrada Manoel José de Santana.** Chapadinha: SEMED, 2007)

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo:** Relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1987.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos.** Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** Teoria e prática. 5. Ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento diálogo:** como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2005.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre Educação de Adultos.** São Paulo, Cortez. 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. **A ilusão fecunda:** a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Húcitec, 1993.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Construção do Conhecimento em sala de aula.** 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995. – (Cadernos Pedagógicos do Libertad, 2)

ANEXOS

Anexo 01 – Questionário aplicado à professora

FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
ACADÊMICA: Maria Elza Amorim de Sousa
CURSO: Pedagogia
Nome: _____
Formação: _____
Ano/Serie de docência na EJA:

01. Há quanto tempo você trabalha na educação de jovens e adultos? E por que você é professora da EJA?

_____

_____

02. Você recebeu capacitação para trabalha em EJA?

( ) SIM. Essa capacitação ajudou em quê para seu sucesso como professora da EJA?_____

_____

_____

( ) Não. Em que não ter feito capacitação dificulta o exercício da docência na EJA?

03. Em sua opinião, quais principais dificuldades enfrentadas pelos alunos EJA?

De acordo com pesquisas realizadas sobre a EJA foram verificadas algumas dificuldades que os jovens adultos encontram para cursar a modalidade. Enumere, de acordo com seu entendimento, as 5 (cinco) principais dificuldades. E se possível comete.

Liste com base nas leituras 10 das principais dificuldades dos alunos da eja!

_____

04. Que clientela é atendida na EJA?

Em sua opinião, qual o perfil dos alunos e alunas da EJA?

_____

_____

_____

_____

05. Quais alternativas pedagógicas você utiliza para estimular a permanência de jovens e adultos na escola?

_____

_____

_____

06. Em sua opinião, quais os principais motivos da Evasão escolar dos alunos da EJA?

_____

_____

07. Aponte alternativas para a melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos da EJA em seu município?

_____

_____

_____

Anexo 02 – Questionário aplicado ao aluno

FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
ACADÊMICA: Maria Elza Amorim de Sousa
CURSO: Pedagogia
Nome: _____
Idade: _____
Estado Civil: _____

01. O que motivou seu regresso aos estudos?

_____

_____

02. Quais são as principais dificuldades vivenciadas em sala de aula?

_____

_____

03. Como você avalia o ensino EJA?

( ) Excelente ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssimo

04. Para você o que deveria melhorar na escola de Educação de Jovens e Adultos no município de Chapadinha?

_____

_____

_____

05. Pretende concluir o curso?

( ) Sim. Por que? _____

( ) Não. Por que? _____

06. Quais são seus objetivos após a conclusão do curso?

_____

_____

07. Em sua opinião, por que muitos jovens e adultos abandonam/evadem dos estudos em sala de aula?

( ) desmotivação pessoal ( ) emprego

( ) falta de perspectiva na vida ( ) outros

_____